

A pesca artesanal profissional extrativista continental no Estado de São Paulo: uma análise crítica *

Pesquisadores do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos **

A atividade pesqueira continental no Estado de São Paulo é praticada basicamente em áreas represadas e em trechos livres de grandes rios. Devido à política de geração de energia elétrica, bem como ao avanço crescente de processos de industrialização em diferentes regiões do Estado, os grandes rios, principalmente o Paraná e as porções Média e Baixa do rio Tietê, tornaram-se importantes hidrovias no transporte de grãos e outros produtos, sendo secundária sua importância como gerador de alimento proveniente da pesca. No entanto vale destacar esta atividade como fonte de renda e alimento de populações ribeirinhas. Segundo Dias-Neto¹, em alguns casos, é a única oportunidade de emprego para certos grupos de indivíduos e para a população excluída.

Atualmente, a pesca é praticada em trechos livres dos rios e represas, através da pesca artesanal profissional (incluindo a de subsistência) e da pesca amadora. A *Pesca Profissional* é aquela que o pescador realiza profissionalmente e que se torna seu principal meio de vida (ocupando até 80% do seu tempo), de forma artesanal ou empresarial. A pesca artesanal em rios e represas no Estado de São Paulo é aquela praticada por formações socioeconômicas de pequena escala ou como pequena produção mercantil, onde a pesca é a principal atividade exercida, entendida como uma profissão e cuja principal motivação é a comercialização do pescado, sendo uma parte usada para seu próprio consumo alimentar^{2, 3}. O excedente da produção também pode ser convertido na incrementação dos instrumentos de pesca. A *Pesca Amadora* é aquela praticada por brasileiros ou estrangeiros, com finalidades de turismo, lazer ou desporto, não podendo o seu produto ser comercializado ou industrializado. Nesta categoria destaca-se o Pesque-pague, estabelecimento constituído de tanques ou viveiros com peixes, para exploração da pesca amadora.

* Texto extraído e adaptado do documento “*Situação atual da Pesca Continental no Estado de São Paulo*” para a Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca, elaborado por pesquisadores** do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos do Instituto de Pesca, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo estima-se existirem aproximadamente 20.000 pescadores artesanais (Vermulm Júnior, comunicação pessoal), sendo que, somente na pesca da manjuba, no rio Ribeira de Iguape, tal atividade envolveu, no período 1993/1996, 1.500 a 2.000 pescadores⁴. Atualmente, esta atividade conta aproximadamente com 3.000 pescadores, entre eles os sazonais e os amadores (Saldanha, I. NUPAUB/USP, comunicação pessoal). Por outro lado, para o rio Tietê em suas porções Média e Baixa, há cerca de 1.500 pescadores artesanais, direta e regularmente atuantes ao longo das seis represas: Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão, Nova Avanhandava e Três Irmãos, Estado de São Paulo⁵. No entanto, nas Colônias de Pesca não se dispõe de um cadastro real de profissionais efetivamente ligados à atividade.

De acordo com Vermulm Júnior (comunicação pessoal), *“na pesca profissional atuam desde os pescadores que têm na atividade o seu principal sustento, os que tiraram carteira profissional para poder, nos seus períodos de lazer, usar a rede para pescar, e até mesmo os desempregados, pois as cidades não absorvem toda a mão-de-obra existente, tornando a pesca, para muitos, o meio de sustento”*. Segundo o mesmo pesquisador, em um município situado às margens do rio Paranapanema, dentre os 30 ou 40 “pescadores” que utilizam redes para pescar, somente oito são profissionais legalmente registrados. E esse fato não é diferente em outras regiões do Estado.

Com relação à evolução da atividade pesqueira continental no Estado de São Paulo, cabe notar, ao longo dos anos, a considerável adaptação da pesca profissional à transformação ambiental, ora condicionada à exploração de estoques de recursos característicos de águas lânticas. Pesquisa realizada sobre a atividade pesqueira no Médio e Baixo Tietê permitiu a observação de novas mudanças em curso, tais como: a crescente competição da pesca amadora; a evolução tecnológica (por exemplo, a possibilidade de uso de tanques-rede); a tendência da difusão da aqüicultura; a introdução, no ambiente, de espécies alóctones ou exóticas; a absorção da mão-de-obra do pescador por outros setores produtivos etc.⁶. Porém, nos dias de hoje, qualquer decisão envolvendo a gestão da água visando, por exemplo, ao incentivo à pesca e à aqüicultura, deveria enfatizar abordagens multidisciplinares, incorporando a complexidade dos problemas biogeofísicos, sociais e econômicos. Tais abordagens deveriam fornecer informações úteis e sintéticas para todos

aqueles envolvidos no gerenciamento e nas tomadas de decisão referentes à eutrofização⁷ e a outros aspectos relacionados à água. Isto garantiria uma visão geral dos impactos econômicos da eutrofização e de seus aspectos culturais e sociais, enfatizando também que a conscientização popular e a educação ambiental são ferramentas fundamentais para o controle deste processo de deterioração da qualidade da água⁸.

Os pontos críticos da pesca extrativista continental no Estado de São Paulo são, em alguns aspectos, semelhantes aos apresentados para a pesca extrativista continental no Brasil. Esta pesca atravessa um momento delicado, com vários problemas e complexidades. Dentre os problemas destacam-se: 1) Leis e Portarias pouco claras, podendo levar a diferentes interpretações, 2) higiene precária no preparo e conservação do pescado, 3) carência de políticas públicas de incentivo à implantação de entrepostos pesqueiros com infra-estrutura mínima para limpeza, processamento e comercialização (fato este cuja implantação achamos imprescindível), 4) falta de organização associativa e maior apoio das Colônias às comunidades de pescadores artesanais profissionais, 5) necessidade de fazer um cadastramento real do número de pescadores artesanais profissionais efetivos junto às Colônias de Pescadores, identificando os verdadeiros profissionais e os “falsos pescadores”, 6) necessidade de um melhor aproveitamento dos resíduos produzidos no processamento do pescado, 7) conflitos entre a pesca profissional e a amadora.

No entanto, acredita-se que, para não haver conflitos entre os vários setores envolvidos e se proceder a um efetivo ordenamento da atividade (com espaço para as diferentes modalidades de pesca), deve-se buscar um diálogo com representantes da pesca esportiva, artesanal profissional, prefeituras, governo, fiscalização, órgãos privados e outros. Vale ressaltar que o pescador artesanal merece respeito, o que deve garantir o seu espaço de trabalho. Além disso, antes de qualquer intervenção dos órgãos governamentais e/ou entidades organizadas (ONGs, Associações etc.), esses pescadores artesanais profissionais deverão ser ouvidos, podendo assim, se desejarem, ser inseridos em um novo contexto de atividade socioeconômica, mas nunca por imposição. Qualquer medida de ordenamento

⁷ Eutrofização - a eutrofização artificial é um processo de deterioração da qualidade da água, que ocorre em ambientes aquáticos devido à entrada excessiva de nitrogênio e fósforo, advindos de diferentes fontes como: arraçamento, adubação, esgotos domésticos e industriais, dentre outras. Tal processo pode acarretar o crescimento descontrolado de plantas aquáticas, como o aguapé e as algas (floração). As algas azuis, denominadas cianobactérias, são atualmente uma grande preocupação, pois podem liberar toxinas na água, as quais são prejudiciais à saúde humana e de outros animais.

pesqueiro, para ser bem sucedida, deve não somente levar em conta as informações sobre pesca/ictiofauna e ambiente mas, principalmente, inserir no contexto o principal ATOR do processo: o pescador (o seu saber empírico) e a sua comunidade.

De acordo com a COPESCAL⁹, o Ordenamento dos Recursos Pesqueiros Continentais deverá considerar o paradigma do desenvolvimento sustentável. Assim, para a elaboração de medidas de ordenamento, deve-se levar em conta os melhores dados científicos disponíveis, bem como o conhecimento empírico dos pescadores. Para o sucesso dessa abordagem, é imprescindível que os líderes das comunidades pesqueiras participem do processo, e não apenas seus representantes de classe. É necessário realizar um amplo trabalho de discussão e interpretação das Leis e Portarias de ordenamento, tanto com os pescadores quanto com o setor de fiscalização. É preciso desenvolver um mecanismo transparente, que permita reavaliar periodicamente a eficiência do processo para o alcance dos objetivos.

De acordo com o documento elaborado pela FAO: “*Seminario sobre Ordenación Pesquera en Grandes Ríos e Embalses de América Latina*”, para garantir a eficácia das medidas de ordenamento deve-se promover a integração dos diferentes órgãos públicos de pesquisa pesqueira, ligados aos estudos das bacias hidrográficas, em todos os assuntos ligados à pesca, incluindo a compilação e o intercâmbio de informações referentes à pesquisa e ao ordenamento pesqueiro, fazendo com que as regulamentações estaduais se harmonizem com as federais, e com que as medidas propostas para o manejo pesqueiro sejam implementadas com a participação das comunidades de pescadores.

Tais propostas, além de promoverem o desenvolvimento da pesca de forma mais harmônica, estimulando o incremento da produção pesqueira, mais em termos qualitativos que quantitativos, ou seja, agregando valor ao produto da pesca, visam também à inclusão social, contribuindo para a segurança alimentar das populações.

LITERATURA CONSULTADA

¹ DIAS NETO, J. 2002 *Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável.* Brasília. 164p. (Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília).

² DIEGUES, A.C.S. 1983 *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.* São Paulo: Ática. 287p. (Ensaio 94).

³ MINTE-VERA, C.V. 1997 *A pesca artesanal no reservatório Billings*. São Paulo: UNICAMP. 86p.

⁴ CAMARA, J.J.C. da; CERGOLE, M.C.; CAMPOS, E.C.; BARBIERI, G. 2001 Estrutura populacional, crescimento, mortalidade e taxa de exploração do estoque de manjuba *Anchoviella lepidentostole* (Pisces, Engraulidae) do rio Ribeira do Iguape, Sudeste do Estado de São Paulo, Brasil, durante o período de 1993 a 1996. *Boletim do Instituto de Pesca*, São Paulo, 27(2): 219-230.

⁵ CASTRO, P.M.G.; SPIGOLON, J.R.; CAMPOS, E.C.; MARUYAMA, L.S. 2003 Diagnóstico da atividade pesqueira artesanal no Médio e Baixo Rio Tietê: uma análise crítica da situação atual. ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA, 15., São Paulo, 2003. *Anais...* São Paulo: Universidade Mackenzie.

⁶ CASTRO, P.M.G.; CAMPOS, E.C.; SPIGOLON, J.R.; MARUYAMA, L.S.; LEITE, R.G.; CÂMARA, J.J.C. (em redação). Avaliação da pesca artesanal profissional do Médio e Baixo rio Tietê (Estado de São Paulo): aspectos ambientais, sócio-econômicos e tecnológicos. *B. Inst. Pesca*, São Paulo.

⁸ UNEP 2001 *Planejamento e gerenciamento de lagos e reservatórios: uma abordagem integrada ao problema da eutrofização*. Série de publicações técnicas, v.11. 385p.

⁹ COPESCAL 2003 Comisión de Pesca Continental para América Latina. Exame de la Situación y Tendencias de la Pesca Continental y la Acuicultura en América Latina. Nóvena Sesión. San Salvador, El Salvador, 28-31 de enero del 2003.

** Paula Maria Gênova de Castro (coordenação)

Harry Vermulm Júnior
Elmar Cardozo Campos
Cacilda Thaís J. Mercante
Geraldo Barbieri
Katharina E. Esteves
Maria Teresa Duarte Giamas